

Neodesenvolvimentismo e lutas sociais: afinidades e distanciamentos entre os modelos brasileiro e argentino

Alessandro Rodrigues Chaves

Mestre em Ciências Sociais – UNESP Araraquara

ale.r.chaves@hotmail.com

Resumo

A inclinação política supostamente pós-neoliberal promovida por diferentes governos latino-americanos no início do século XXI trouxe à tona a estratégia econômica *neodesenvolvimentista*. Tanto o Brasil quanto a Argentina experimentaram no período recente significativas taxas de crescimento econômico combinado com a instauração de políticas sociais e relativa estabilidade política. Contudo, o modelo neodesenvolvimentista argentino se apresentou de forma mais nítida que o brasileiro. Este artigo procura indicar que o motivo de o modelo neodesenvolvimentista argentino ser mais acentuado que o brasileiro se deve ao contexto argentino e a atuação ofensiva dos trabalhadores, em contraste com o modelo defensivo das organizações dos trabalhadores brasileiros.

Palavras-chave: neodesenvolvimentismo; neoliberalismo; luta de classes.

Abstract

The supposedly post-neoliberal political inclination promoted by different latin-americans governments in the early twenty-first century resulted in the neo-developmentism strategy. Both Brazil and Argentina experienced significant rates economic growth in the recent period combined with the introduction of social policies and relative political stability. However, the argentine development model appears more evident than the brazilian. We try indicate this article that the reason for the argentine model be more intensive than the Brazilian is due to the argentine context and the offensive actions of workers, in contrast to the defensive model of organizations of Brazilian workers.

Keywords: neo-developmentism; neoliberalism; class struggle.

Introdução

Brasil e Argentina experimentaram no início do século XXI uma eventual superação do neoliberalismo por via de uma política econômica neodesenvolvimentista. Embora as aproximações entre as conjunturas políticas e econômicas sejam possíveis, não se pode obscurecer suas significativas diferenças. O modelo praticado pelos governos Kirchners estão mais próximos do conceito neodesenvolvimentismo e mais distantes das políticas estritamente neoliberais, enquanto que no Brasil se viu um ensaio neodesenvolvimentista e pouco distante das práticas neoliberais, ao ponto de o próprio governo de Dilma Rousseff ter proposto políticas de austeridade no primeiro ano de seu segundo mandato.

Este texto investiga as semelhanças entre os modelos, assim como as diferenças. Tratando-se ainda de uma proposta de pesquisa, procura mais elaborar de forma consistente as questões do que fornecer respostas. Contudo, não se isenta de indicar que as diferenças entre os modelos políticos e econômicos se encontra na atuação da classe trabalhadora e sua capacidade de interferir nos governos.

O neodesenvolvimentismo: Brasil e Argentina

Enquanto teoria, o neodesenvolvimentismo não pode ser entendido desvinculado de dois processos: o primeiro se trata do declínio do ideário e das políticas do nacional desenvolvimentismo, o que provocou significativas reformulações; o segundo se refere – atrelado à reformulação teórica – a pretensão de tornar os países dependentes agentes participantes da “globalização”, em outras palavras, em impulsionar a participação dos países periféricos no mercado internacional (SAMPAIO JR., 1999).

Quanto ao primeiro aspecto é necessário mencionar que com o declínio do antigo desenvolvimentismo emergem as teses “revisionistas” da CEPAL de inspiração neo-estruturalista, que possuem a característica marcante de enxergar na associação com o mercado mundial – mesmo sob a condição de dependente – vantagens significativas para o desenvolvimento do capitalismo no país:

A avaliação de que a ordem internacional emergente abria importantes nichos de mercado para os produtos oriundos da periferia levou-os a adotar um receituário que defendia a inserção dinâmica das economias periféricas no sistema capitalista mundial. (SAMPAIO JR., 1999, p. 40).

Assim, o que se busca agora não é mais construir uma “vontade política” em torno do controle social do processo capitalista como queria o nacional desenvolvimentismo, mas sim se adequar aos ditames no mercado mundial para se inserir no sistema internacional, dessa forma,

Em vez de adequar o modo de organização da economia e da sociedade à necessidade de colocar a acumulação de capital a serviço do desenvolvimento nacional, o neo-reformismo da CEPAL passou a defender a necessidade de subordinar o arranjo econômico e social às exigências de uma reinserção dinâmica no comércio internacional. (IDEM, p. 43).

As características do revisionismo expostas acima estarão presentes nas formulações do neodesenvolvimentismo. É significativo que, enquanto teoria, o ponto de partida dos defensores do neodesenvolvimentismo é o de se diferenciar e se opor ao neoliberalismo, o que nos faz lembrar o emergir do nacional desenvolvimentismo quando se colocava como alternativa à teoria econômica e as políticas liberais de inspiração neoclássica. As diferentes correntes e institutos serão categóricos ao afirmarem a sua oposição a teoria e a política neoliberal. Sem ter o objetivo de diferenciar os fundamentos econômicos de cada corrente e instituto, identificaremos os aspectos que os unificam, formando assim um conjunto de ideias comuns que o caracteriza. E mais do que qualquer outro elemento, o que os assemelham é a identificação teórica com as teses keynesianas e desenvolvimentistas:

O novo desenvolvimentismo é um “terceiro discurso” entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional. É a alternativa à ortodoxia convencional que vem se desenvolvendo na América Latina desde o início dos anos 2000, com a participação dos economistas keynesianos e economistas do desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 17).

E a pretensão de ser uma alternativa ao fracasso das políticas neoliberais e suas consequências sociais:

O debate sobre o desenvolvimento retomou seu espaço na agenda pública em todo o mundo e, mais particularmente, na América Latina, devido a dois fatores básicos: o fracasso das reformas políticas e econômicas das duas últimas décadas do Século XX propostas pelas agências multilaterais (FMI e Banco Mundial) e o grave problema social decorrente da exclusão de milhões de pessoas do acesso aos mercados (trabalho, de bens, etc.) e aos serviços básicos, como saúde, educação, habitação e saneamento. (MATTEI, 2011, p. 8).

Portanto, trata-se de uma teoria que se distingue da ortodoxia convencional¹ e emerge do “fracasso” das políticas inspiradas pela ortodoxia econômica. Assim, ela possui dois objetivos gerais: 1) ser uma estratégia, que visa o crescimento econômico, alternativa à política econômica ortodoxa que inspira o neoliberalismo e ao antigo desenvolvimentismo; 2) corrigir os problemas sociais gerados pelas políticas neoliberais.

A diferenciação entre o neodesenvolvimentismo e o nacional desenvolvimentismo inclui os seguintes aspectos: o primeiro é crítico quanto ao protecionismo praticado pelo segundo, pois impedia o avanço tecnológico e a competitividade das empresas nacionais; diferente do antigo desenvolvimentismo que mesmo com o protecionismo praticado não conseguiu fazer com que as empresas privadas nacionais alcançassem patamar de competitividade internacional, no atual desenvolvimentismo as empresas privadas

¹ Ortodoxia convencional é a categoria atribuída por Bresser-Pereira (2010, p. 26) para designar “/.../ o meio pelo qual os Estados Unidos, no nível das políticas e instituições econômicas, expressam sua hegemonia ideológica sobre o resto do mundo e principalmente sobre os países em desenvolvimento dependentes que carecem de nações suficientemente fortes para desafiar essa hegemonia, como tradicionalmente tem acontecido com os países latino-americanos”.

internas – principalmente os setores produtivos – devem ser estimuladas para melhorar sua competitividade e inserção internacional.

Em relação ao papel do Estado também há significativa diferença. Se no antigo desenvolvimentismo o Estado assumia um papel central como um agente interventor, atuando quase como um empresário, na teoria do novo-desenvolvimentismo as suas funções serão outras: a) regular a economia estimulando e direcionando o mercado e o sistema financeiro rumo ao desenvolvimento produtivo e não aos investimentos especulativos; b) realizar a gestão pública de forma eficiente e com responsabilidade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade da indústria e que melhorem sua inserção no mercado internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, que reduza as desigualdades de renda (MATTEI, 2011).

Em teoria, tal postura do Estado, assim como alguns pressupostos mencionados sobre o neodesenvolvimentismo – como regular a economia, privilegiar a indústria e os investimentos produtivos ao invés dos especulativos, entre outros – se diferencia do neoliberalismo. Tratando o neoliberalismo somente como uma ideologia que tem por base a ortodoxia convencional, como a denomina Bresser-Pereira, é possível que se elabore uma estratégia de desenvolvimento alternativa, que se diferencie da ortodoxia praticada pelos neoliberais, principalmente em relação ao papel do Estado:

Na medida em que a ortodoxia convencional é a expressão prática da ideologia neoliberal, ela é a ideologia do mercado contra o Estado. Enquanto o novo desenvolvimentismo deseja um Estado forte e um mercado forte e não vê nenhuma contradição entre eles, a ortodoxia convencional deseja fortalecer o mercado enfraquecendo o Estado, como se as duas instituições fossem parte de um jogo de soma zero. (IDEM, p. 26).

A associação entre mercado e Estado proposta pela teoria do novo-desenvolvimentismo, que em tese se diferencia do neoliberalismo, se dá, concretamente, no impulso fornecido pelo Estado à expansão das empresas internas, visando fortalecer sua participação no comércio internacional. A estratégia neodesenvolvimentista se reduz a criar um ambiente macroeconômico propício à expansão das empresas internas. Perde-se, nessa formulação teórica, qualquer semelhança com o nacional desenvolvimentismo. Enquanto o último pretendia, acima de tudo, conquistar a autonomia nacional e conduzir a acumulação de capital de acordo com as necessidades da população, o neodesenvolvimentismo reduz o conceito de nação, de autonomia, apenas à capacidade de o Estado controlar as taxas de câmbio e demais mecanismos macroeconômicos:

O novo desenvolvimentismo vê a nação como uma sociedade nacional, com um sentido de destino comum e de solidariedade *quando compete internacionalmente*, como o ator fundamental que define uma estratégia de crescimento. Vê como a instituição fundamental para esse crescimento a estratégia nacional de desenvolvimento, *que cria incentivos para os empresários inovarem e investirem*. Dá prioridade aos setores exportadores e a setores caracterizados por um alto valor agregado per capita, ou seja, setores com alto conteúdo tecnológico ou de conhecimento” (IDEM, p. 31. Grifos nossos).

O conceito de nação é distinto do formulado pelo nacional desenvolvimentismo; agora é reduzido à elaboração de estratégias macroeconômicas – principalmente em relação às taxas de câmbio – que visam a inserção de empresas internas no mercado mundial. Não se questiona mais a relação centro-periferia, ou a condição de dependência, pretende-se, apenas, fortalecer setores estratégicos para competir internacionalmente.

A condição de dependência, de subalternidade, que efetivamente impossibilitou a realização da perspectiva do nacional desenvolvimentismo, agora é tratada com positividade e capaz de impulsionar o desenvolvimento.

Argentina e Brasil: o descompasso dos projetos neodesenvolvimentistas

As características expostas acima servem tanto para Brasil como para a Argentina do início do século XXI. Contudo, a aplicação da estratégia apresenta significativas diferenças e resultados. Para o Brasil é possível se falar em *ensaio neodesenvolvimentista* (SINGER, 2015), já na Argentina de Cristina Kirchner a aproximação das práticas com o conceito é mais nítida. Ao que se deve tal distinção indicaremos a frente, aqui é o espaço dedicado a descrever as diferenças na aplicação do modelo.

No caso brasileiro a inclinação em direção às políticas neodesenvolvimentistas se notam a partir de 2006 – com a entrada de Guido Mantega no Ministério da Fazenda e de Dilma Rousseff na Casa Civil – e são intensificadas a partir de 2008 já sob os impactos da crise capitalista. Os elementos que apontam para a caracterização de políticas neodesenvolvimentistas no Brasil são o grau de intervenção do Estado, a política externa, a preocupação em apoiar os setores produtivos, e políticas sociais que visam potencializar o mercado interno.

A elevação do grau interventor do Estado na economia pode ser identificada, segundo alguns autores pela iniciativa em priorizar alguns setores da economia (SINGER, 2015; BOITO JR., 2012). A política de ampliação de créditos por via do BNDES, as exonerações que beneficiaram diretamente o setor industrial, o rebaixamento da taxa de juros no ano de 2011, são indicadores significativos da intervenção realizada pelo governo. Importante mencionar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que impulsionou projetos de infraestrutura e o projeto Minha Casa, Minha Vida, que fortaleceu o setor da construção civil.

No plano da política externa, é necessário apontar a expansão internacional de empresas locais, sobretudo em direção à América Latina (FONTES, 2010). Contando com atrativos financiamentos do BNDES grupos já consolidados internamente e líderes em seus setores promoveram uma inédita expansão internacional (BOITO JR, 2012). O atrelamento dos setores produtivos locais, assim também com os bancos de capitais brasileiros com o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores resultaram no conceito de neodesenvolvimentismo para Boito Jr.: “O projeto econômico que expressa essa representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna é o projeto que poderíamos denominar

neodesenvolvimentista.” (2012, p. 68). A *burguesia interna* seria a fração de classe dirigente no projeto, contando com o apoio dos beneficiados pelas políticas sociais e pelo crescimento econômico, a classe trabalhadora e os setores populares, aliados históricos do PT.

Para fortalecer o mercado interno uma política de liberação de créditos consignados foi implantada, dando uma nova dinâmica para o consumo das famílias – que se tornou o motor do crescimento econômico no período. Assim como um cenário de formalização do mercado de trabalho e de aumentos reais do salário mínimo (SINGER, 2012).

Não se pode esquecer que o cenário descrito contou com recordes de exportações de produtos primários, o que garantia as receitas necessárias. O agravamento da crise inaugurada em 2007 e seus impactos sobre o país vão agir em duas frentes: a primeira é que a demanda pelas commodities brasileiras e seu preço irão diminuir; a segunda, diz respeito à intensificação da estratégia neodesenvolvimentista como mecanismo de defesa da crise, o que exigiu mais recursos e apoio do Estado. A conjuntura, dessa forma, é caracterizada, por uma redução da arrecadação e aumento de gastos, fator que será alvo de críticas dos setores mais conservadores e dos economistas ortodoxos.

Em síntese, supostamente distante das políticas neoliberais, o Estado brasileiro age intervindo e fortalecendo grupos locais por meio de vantajosos financiamentos e por uma ofensiva política internacional combinada com o fortalecimento do mercado consumidor interno por meio de políticas de cunho social. Para os autores estudados, se perguntarmos qual a classe social que predomina no neodesenvolvimentismo teremos a *burguesia interna* e o *bloco produtivista* compondo uma *frente política* com os trabalhadores e setores populares (SINGER, 2012; BOITO JR. 2012).

Em termos gerais, o neodesenvolvimentismo Argentino não se altera radicalmente do brasileiro. O modelo inaugurado por Nestor Kirchner conseguiu combinar significativo crescimento econômico com redução da inflação e aumento de empregos formais (KATZ, 2016). Procurou satisfazer as demandas populares por meio de políticas assistencialistas – como o programa de renda mínima universal. A intervenção estatal também é presente no direcionamento de políticas que objetivam reestabelecer o setor industrial, assim como na significativa estatização dos fundos de pensão e no conflito com o agronegócio (IDEM).

Claudio Katz encontra nos dois últimos itens citados elementos de distinção entre os modelos argentino e brasileiro:

Em nenhum momento foram insinuadas, no Brasil, medidas comparáveis à nacionalização dos fundos de pensão ou conflitos equivalentes ao choque que opôs o governo argentino ao agronegócio. Nos dois países houve estímulo ao consumo, assistencialismo, políticas anticíclica e fomento parcial à reindustrialização. Mas o lulismo nunca introduziu as iniciativas neodesenvolvimentistas que caracterizaram o kirchnerismo. (KATZ, 2016, p. 203).

De fato, o neodesenvolvimentismo brasileiro se caracterizou pelo apoio ao agronegócio. Este setor apoiou as políticas neodesenvolvimentista enquanto se beneficiava², assim como conquistou o Ministério da Agricultura no segundo mandato de Dilma Rousseff com a nomeação de Kátia Abreu defensora dos interesses do agronegócio e que foi presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Enfatizando as distinções entre os modelos argentinos e brasileiros deve se destacar que entre os intelectuais argentinos prevalece a postura de que o neodesenvolvimentismo apresenta sim elementos de continuidade com as políticas neoliberais, mas enfatizam a diferenciação com o modelo antecessor (FÉLIZ, 2015). As alterações em relação ao neoliberalismo se encontram nas já citadas políticas sociais, na condução da política cambial e no direcionamento do Estado:

Es evidente que, en lo que atañe a las políticas macroeconómicas, el Estado argentino ha cumplido claramente el rol de garante y sintetizador de la reproducción del capital como relación social. Sin embargo, la forma concreta de estas políticas se diferenciaron sustancialmente de las que se manifestaron en la etapa neoliberal y esto es producto, en nuestra opinión, de dos cambios fundamentales en el poder estatal luego de las crisis de 2001: un nuevo bloque en el poder – que consolidó su posición mediante la reestructuración neoliberal – y un gobierno cuya impronta ideológica se sitúa más cerca de las posiciones desarrollistas tradicionales que de las neoliberales. (FÉLIZ, 2015, p. 7).

Tais medidas somadas a postura de confrontar o agronegócio e estatizar fundos de pensão indicam uma aproximação maior das ideias neodesenvolvimentistas do que o modelo inaugurado pelos governos petistas no Brasil. No entanto, assim como o Brasil, a Argentina de Nestor e Cristina Kirchner, não conseguiram reverter o protagonismo dos setores exportadores e sua relação com o comércio mundial. A *dependência* que ambos os países possuem das exportações de produtos primários para gerar as receitas necessárias para impulsionar políticas de cunho neodesenvolvimentista é evidente, contribuindo assim para o agravamento da tendência da predominância do *novo padrão exportador de especialização produtiva* identificado por Osorio (2012). Nem Brasil, nem Argentina apresentaram mecanismos para superar essa condição. O primeiro, ao contrário, se constituiu beneficiando-se das exportações, sobretudo através da demanda chinesa e dos altos preços das commodities que antecederam a crise (SAMPAIO, 2009). Na Argentina se ensaiou a elevação da taxa das exportações da soja, mas o governo saiu derrotado no confronto com o agronegócio (KATZ, 2016). Derrota que comprometeu o modelo neodesenvolvimentista argentino: “O ensaio neodesenvolvimentista falhou pela incapacidade do governo em aumentar a apropriação estatal da renda da soja.” (IDEM, p. 192).

No Brasil dos governos petistas em nenhum momento pode ser claramente denominado como neodesenvolvimentista. A superação do neoliberalismo não se apresentou de forma nítida nem mesmo entre

² Vejam as palavras do empresário do setor sucroalcooleiro José Guilherme Zancaner: Na crise, o governo fez a parte dele. Deu crédito, apesar de toda a burocracia para liberar. O governo Lula foi excepcional para o nosso negócio, fico até emocionado. O setor fez muito pelo Brasil, mas o governo está fazendo muito pelo setor. Nunca houve antes política tão boa para nós. O presidente Lula não perde nenhuma oportunidade de ser gentil. Outras pessoas não perdem a oportunidade de serem desagradáveis e arrogantes.” (apud. Boito Jr. 2013. p. 96).

intelectuais próximos ao Partido dos Trabalhadores, foi tratado como um governo *híbrido* que mantém o neoliberalismo (SADER, 2009), ou apenas como um *ensaio* do neodesenvolvimentismo que não chegou a durar três anos (SINGER, 2015).

Esse aspecto contraditório se apresenta desde a vitória eleitoral de Lula em 2002. A chegada do poder pelo Partido dos Trabalhadores é marcada pela concessão ao capital e adequação à estabilidade econômica cujo maior símbolo foi a “Carta aos brasileiros”. Os primeiros anos do mandato petista, ao contrário de Nestor Kirchner que assumiu em um cenário de rejeição aberta ao neoliberalismo expressa na ebulição social de 2001, foram marcados pela continuidade. Analisava Ricardo Antunes no calor do momento:

Encantado com o mundo palaciano, agindo como paladino do neoliberalismo, embalado pelas músicas de Zeca Pagodinho, o governo do PT mantém uma política econômica que aprofunda a sujeição, amplia o desemprego e a informalidade do trabalho, além de estancar a produção em benefício dos capitais financeiros. Sua postura em relação aos transgênicos curvou-se e cedeu às transnacionais e sua ação contra a previdência pública foi a visceral e completa negação de todo o seu passado [...] (ANTUNES, 2005, p.166).

Se a partir de 2006 a análise acima pode ser relativizada devido a inclinação ao neodesenvolvimentismo, em nenhum momento as políticas neoliberais implantadas pelos governos petistas foram alvo de reversão. Alguns poderiam dizer que houve significativa alteração na taxa de desemprego. De fato, a partir de 2006 foram criados um grande número de empregos formais (SINGER, 2012), contudo foram postos de trabalho com baixa renumeração e alta rotatividade (POCHMANN, 2012). As altas taxas de desemprego no ano de 2016 evidenciam como a criação de empregos na base da pirâmide não se sustentou³.

O neodesenvolvimentismo não se apresenta como uma alternativa aos comandos do grande capital internacional, mas a adequação a ele. Neste sentido, tanto Brasil como Argentina contribuíram de forma significativa com a atual divisão internacional do trabalho ao privilegiar a exportação de bens primários. Ainda em sintonia com o mercado mundial, grupos já consolidados internamente, principalmente no Brasil, passaram a intensificar o seu grau de internacionalização se valendo de benefícios estatais (BOITO JR., 2012). Embora na Argentina grandes empresas também tenham aumentado seu grau de internacionalização (KATZ, 2016), o processo das empresas localizadas no Brasil é mais significativo, o que resultou em um atrelamento entre grandes grupos e partidos políticos que atuaram nos governos Lula e Dilma identificados agora na operação Lava Jato ainda em curso.

Embora as diferenças não sejam radicais entre os modelos neodesenvolvimentistas e em ambos tenham predominado o padrão primário exportador e a dependência das receitas oriundas desse modelo, o fato de o governo dos Kirchner terem desafiado com maior ênfase o agronegócio assim como ter uma

³ Ver “Brasil perde 1,5 mi de vagas formais em 2015, pior resultado em 30 anos”, *Folha de São Paulo*, 17 de setembro de 2016, p. A17.

interferências mais incisiva na economia – como, por exemplo a nacionalização dos fundos de pensão – e o fato de os governos petistas terem sucumbido às determinações dos setores exportadores e realizado uma intervenção que objetiva o fortalecimento do mercado interno como mecanismo de amenização dos impactos da crise, e o incentivo político e financeiro que impulsionou a internacionalização de grandes grupos econômicos, merecem maiores investigações. Afinal, por qual motivo o neodesenvolvimentismo se apresentou com maior vigor na Argentina dos Kirchners do que no Brasil petista? Quais fatores contribuíram para que o governo argentino investisse mais na pauta neodesenvolvimentista, enquanto os governos de Lula e Dilma se limitaram a impulsionar o consumo interno e fortalecer grandes grupos? Uma boa indicação de resposta pode ser encontrada quando se leva em consideração a teoria das casses sociais, e o quanto as frações de classes conseguem interferir nos governos.

Movimento dos trabalhadores e a potencialidade de impulsionar o neodesenvolvimentismo

Certamente tanto os governos de Lula e Dilma quanto de Nestor e Cristina Kirchner alcançaram relativo consenso para se manter no poder por um razoável período. Eleitoralmente tal consenso foi construído com os votos dos setores mais pobres e dos trabalhadores organizados. Alguns autores identificaram certa hegemonia dos governantes petistas, mesmo que “às avessas” (OLIVEIRA, 2010) ou “precárias” (BRAGA, 2012). A questão que deve ser destacada é até que ponto tais frações de classes conseguem pautar políticas e interferir na postura dos governantes? Sem pretensão de responder tal questão que exigiria um amplo estudo das formulações e categorias da ciência política, apenas indicaremos que os processos de Brasil e Argentina se distinguem de forma significativa na composição e na postura política das forças que legitimam os governos.

O processo que leva Nestor Kirchner ao poder em 2003 é distinto da conquista da presidência por Lula em 2002. A Argentina de 2001 se caracteriza por uma profunda crise financeira e por uma ebulição social que resultaram na emergência de “novos sujeitos sociais” (FÉLIZ, 2015). O ano de 2001 é o que marca o desfecho de uma fase política na Argentina com a deposição do presidente Fernando de la Rúa. Contudo, desde 1994 as mobilizações contra as políticas neoliberais já são intensas, destacando a ação dos trabalhadores desempregados – *piqueteiros* – e as greves gerais impulsionadas pelo Congresso dos Trabalhadores Argentinos (CTA) que surgiu em 1992 (ANTUNES, 2011)

É significativa a postura ofensiva dos trabalhadores argentinos ao ocupar e recuperar fábricas abandonadas, assim como bloquear rodovias interferindo diretamente na circulação de capital. A ebulição do momento argentino pode ser identificada da seguinte maneira:

O movimento de fábricas ou empresas recuperadas, os *piqueteiros*, as greves e as ações de confrontação sindical refletem as novas dinâmicas do movimento dos trabalhadores e as novas modalidades do enfrentamento entre capital e trabalho. A confluência desses múltiplos movimentos, acrescidos do descontentamento das camadas médias com a política

econômica e financeira do governo [...] levou à eclosão do levante social e político de dezembro de 2001. Sua bandeira central estava traduzida no lema “*Que se vayan todos!*” [Que se vão todos!], espalhado como pólvora por todo o país, *que viveu dias que abalaram seu poder e suas estruturas*. (ANTUNES, 2011, p. 41).

O próximo governo eleito deveria fornecer uma resposta para as demandas advindas das novas organizações sociais argentinas diante de sua postura ofensiva. O governo eleito em 2003, mesmo que de forma dúbia, caminhou nessa direção:

En el gobierno surgido de las elecciones presidenciales de 2003 estuvo presente una parte de la fuerza social expresada en diciembre de 2001, pero también recibió el consenso de una fracción de la oligarquía financiera, interesada en la recomposición del sistema institucional político, deteriorado por la rebelión popular. (CARRERA, 2012, p. 280).

O caráter dúbio da composição de forças cobrará seu preço nas crises que os governos Kirchners enfrentarão, inclusive na derrota eleitoral em 2015. No entanto, o que vale destacar é o cenário de ascensão das lutas sociais e a emergência de um governo que incorpore as demandas e inclua em seu governo os trabalhadores e setores populares:

El gobierno que se instala en 2003 es la expresión política de una parte importante del conglomerado social que lleva adelante la insurrección del 2001. Cambia la alianza en el gobierno y el movimiento obrero organizado; no por omisión en la defensa de los intereses de los asalariados, como había sido el caso por lo menos de una parte de la CGT en el gobierno Menem, sino por acción a favor de esos intereses y en apoyo al gobierno. En este sentido a partir de 2001 y su continuidad en el 2003 podemos decir se abre una nueva etapa, aunque eso no significa el fin del periodo contrarrevolucionario abierto a mediados de los 70. (CARRERA, 2012, p. 294).

O cenário aberto pelos “novos sujeitos sociais” na Argentina em oposição às políticas neoliberais impulsionou e legitimou o neodesenvolvimentismo praticado pelos governos Kirchners. Evidente que tais políticas não superaram os efeitos do neoliberalismo, ao contrário, os governos neodesenvolvimentistas argentinos não modificaram a estrutura social, mantiveram os excluídos enquanto excluídos e a precarização dos trabalhadores ganhou contornos permanentes (SVAMPA, 2007). Assim como não ameaçou o conjunto da burguesia e manteve a dependência do padrão primário exportador. No entanto, em comparação com o modelo brasileiro, as políticas dos governos de Nestor e de Cristina Kirchner possuem um caráter neodesenvolvimentista mais nítido.

Diferente são as características do Brasil quando Lula assume o poder executivo em 2002. As duas principais centrais sindicais brasileiras, a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores, sofreram os impactos do neoliberalismo e não tiveram o mesmo caráter ofensivo que o movimento dos trabalhadores argentinos. O cenário ainda era agravado pela continuidade das políticas neoliberais durante o primeiro mandato de Lula:

Essa nova realidade arrefeceu e tornou ainda mais defensivo o *novo sindicalismo*, que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da *nova direita*, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical, central sindical criada em 1991, é o melhor exemplo; e, de outro, diante da inflexão que, desde os anos 1990, instaurou-se no interior da CUT – ou seja, inspirada pela sua tendência

majoritária (a central), outrora combativa, aproxima-se cada vez mais dos modelos do sindicalismo social-democrata europeu. (ANTUNES, 2011, p. 43).

Enquanto na Argentina os impactos do neoliberalismo impulsionou uma ebulição social cujo destaque foi uma *ofensiva* dos trabalhadores – a emergência de “novos sujeitos sociais” – no Brasil, as principais organizações dos trabalhadores não conseguiram construir formas alternativas de combate ao neoliberalismo. Em parte tal fato pode ser explicado pelos impactos das políticas neoliberais sobre a organização do trabalho, assim como pela postura neoliberal da Força Sindical (FS). Elementos que levaram a CUT – para não perder sua posição e rivalizar em igualdade com a FS – a flexibilizar seu caráter antineoliberal e privilegiar a luta institucional – tal como pretendido por sua principal corrente a Articulação Sindical (BOITO, 1999). No entanto, essas características também se apresentaram na Argentina, cujos impactos do neoliberalismo sobre o trabalho são nítidos e a principal organização sindical a CGT também aderiu ao sindicalismo de resultados e ao neoliberalismo, chegando a apoiar o governo de Carlos Menem. Dessa forma, não reside neste ponto a principal diferença.

O fato é que no Brasil, os movimentos populares e sindicais não conseguiram interferir de modo a direcionar e pressionar os governos petistas para políticas distintas das neoliberais. O governo Lula assume em 2002 com o compromisso de manter intactas as bases do neoliberalismo – fruto da prioridade dada pelo PT ao âmbito institucional e pelas readequações ideológicas que distanciaram o partido das pautas classistas dos trabalhadores (SADER, 2009) – não encontrando por parte das grandes centrais sindicais – salvo o setor público que foi o mais afetado pela reforma da previdência (ANTUNES, 2005) – uma posição ofensiva frente ao governo. Ao contrário, o atrelamento sindical ao governo foi caracterizado pela promoção de sindicalistas a gestores de fundos de pensão (OLIVEIRA, 2003; BRAGA, 2012).

Muito diferente do clima argentino de ebulição social e de constituição de novos sujeitos sociais antineoliberais que conseguiram, mesmo que parcialmente, impulsionar os governos Kirchners a colocar em prática políticas distintas, no Brasil o que se viu foi a continuidade.

É possível indicarmos um elemento distintivo para as diferentes conjunturas. Sugerimos se tratar da capacidade organizativa dos trabalhadores, principalmente os desempregados, em torno de uma pauta antineoliberal. O sindicalismo brasileiro – pelo menos as grandes centrais sindicais – não conseguiu organizar ou se aproximar dos desempregados. Este setor não se tornou um agente da luta contra o neoliberalismo no Brasil tal como o foi na Argentina⁴.

Pinassi (2009) apontava para a insuficiência das práticas sindicais e partidárias brasileiras diante do *desemprego estrutural* agravadas pela conjuntura política neoliberal. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) constituía, assim, elemento fundamental na perspectiva de aglutinar os trabalhadores

⁴ Salvo os movimentos que compõem a Via Campesina que requer, de nossa parte, estudos mais aprofundados sobre suas ações.

desempregados tanto do campo como das cidades, contudo, isso é indicado ainda enquanto potencialidade, dado ao também atrelamento do principal movimento social brasileiro à institucionalidade (IDEM).

Sendo o desemprego elemento característico do neoliberalismo, os desempregados se tratam de um setor fundamental para a construção de alternativas. O protagonismo deste setor na Argentina⁵ e a potencialidade organizativa e ofensiva desses indivíduos, somados ao cenário de descontentamento geral às políticas neoliberais, são elementos que podem ser indicados como fatores que explicam o teor mais nítido do neodesenvolvimentismo argentino quando comparado com o brasileiro. O último não experimentou nem um cenário semelhante, nem uma organização efetiva dos desempregados e nem esboçou uma alternativa ofensiva às políticas neoliberais. A atuação e a postura política dos desempregados também ajudam a explicar a relativa estabilidade de ambos os modelos, na medida em que Brasil e Argentina conseguiram aumentar a criação de empregos e propor programas de transferência de renda.

Considerações finais

O neodesenvolvimentismo diferente do nacional desenvolvimentismo que existiu no Brasil e na Argentina em meados do século XX privilegia a integração internacional das economias dependentes. Contribui, dessa forma, para o fortalecimento dos setores que objetivam sua inserção internacional e com os que priorizam as exportações, perpetuando assim o modelo primário exportador.

Essas características predominaram tanto no Brasil de Lula e Dilma quanto na Argentina de Nestor e Cristina Kirchner. Sendo que o modelo argentino se distanciou um pouco mais do neoliberalismo e ficou mais perto do que se convencionou chamar de neodesenvolvimentismo, enquanto que no Brasil a continuidade com o neoliberalismo foi a regra.

Sugerimos que a explicação para essa sutil diferença reside na atuação que as classes trabalhadoras tiveram em relação ao neoliberalismo. Enquanto na Argentina as organizações dos trabalhadores, que inclui os desempregados, se caracterizam por uma postura ofensiva e mais hostil às práticas neoliberais, no Brasil o poder de enfrentamento com o neoliberalismo foi atenuado pela atuação defensiva de suas principais centrais sindicais. Indicamos ainda que a postura ofensiva dos trabalhadores argentinos conseguiu legitimar e direcionar um governo mais distante das políticas neoliberais. Enquanto que no Brasil, o contexto que resultou na vitória eleitoral de Lula em 2002 foi marcado pela continuidade dos compromissos neoliberais.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal**. 2ª. Ed. São Paulo: Autores Associados 2005.
- _____. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo. 2011.
- BOITO JR. Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã. 1999.

⁵ Que foi responsável por 44,2% dos atos realizados em 2002 e 49,3% em 2003, acima dos trabalhadores ocupados com respectivamente 38,8% e 43,7% (CARRERA, 2012, p. 288).

_____. **Governo Lula: a nova burguesia nacional no Poder.** In: BOITO JR., Armando. e GALVÃO, Andréia (org.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.* São Paulo: Alameda. 2013.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O velho e o Novo Desenvolvimentismo.** Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4437>. 2010. Acesso: 17/09/2013.

_____. **O Brasil e o novo desenvolvimentismo.** Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4437>. 2011. Acesso: 17/09/2013.

CARRERA, Nicolás Iñigo. **Classe obrera, movimiento obrero organizado sindicalmente y “nuevos movimientos sociales” en la história reciente de Argentina.** In: GALVÃO, A.; AMORIM, E.; SOUZA, J.G.; GALASTRI, L. (orgs.). *Capitalismo: crises e resistências.* São Paulo: Outras Expressões. 2012.

FÉLIZ, Mariano. **La dinámica del capitalismo periférico postneoliberal-neodesarrolista. Contradicciones, barreras y limites de la nueva forma de desarrollo en Argentina.** Revista Herramienta, n 45. 2015.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo.** 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MATTEI, Lauro. **Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”.** IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo. 2003.

_____. **Hegemonia às avessas.** In: *Hegemonia às avessas.* OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy. RIZEK, Cibebe. (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

OSORIO, Jaime. **América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região.** In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital.** São Paulo: Boitempo. 2009.

POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média?* São Paulo: Boitempo. 2012.

SADER, Emir. **A Nova Toupeira.** São Paulo: Boitempo. 2009.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Capitalismo do século XXI: crise e barbárie.** In: *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial.* SAMPAIO JR. (org.). São Paulo: Editora instituto José Luís e Rosa Sundermann. 2009b.

_____. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa.** In: *Serv. Soc. Soc.,* São Paulo, n. 112. 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo.** São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

_____. **Cutucando onças com varas curtas.** Novos Estudos CEBRAP. 2015.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do governo Kirchner.** In: Margem Esquerda n. 9. São Paulo: Boitempo, 2007.